

O ANALISTA, O TRADUTOR E O IMPOSSÍVEL

Dulce Duque-Estrada

Apesar de uma longa prática como tradutora, foi com certa surpresa que me vi convidada a integrar a mesa que deu origem ao presente texto, já que desse ofício tenho apenas isso, a prática, e nunca adquiri sobre ele um conhecimento sistematizado. Ao me aproximar dos teóricos da tradução, e perceber o quanto é intrincada essa tarefa, sinto-me como Monsieur Jourdain, o burguês fidalgo de Molière, maravilhado ao descobrir que por toda a vida fizera prosa sem saber... Logo, penso que minha contribuição a este encontro será bastante modesta, limitada a algumas reflexões que venho fazendo sobre o tema, a partir da minha experiência.

Graduei-me em jornalismo — que exerci por alguns anos, e há muitos anos — e depois em medicina, seguindo-se uma formação em psicanálise que considero e pretendo permanente. Minha profissão é a clínica psicanalítica, que pratico desde 1981. De lá para cá, entre 1986 e 2000 — durante quase quinze anos, portanto — tive a oportunidade de transpor para a nossa língua cerca de quarenta obras sobre psicanálise, entre livros, artigos e textos avulsos, a maioria em francês, incluindo dois Seminários de Jacques Lacan: o IV, *A relação de objeto*, e o VIII, *A transferência*.

Assim como existem os pintores de domingo, fui sempre uma tradutora de fins de semana, pois privilegiava a minha atividade clínica. Entretanto, quando comecei, nos anos 80, o tradutor de psicanálise adquiria muita visibilidade, seu nome ficava conhecido rapidamente, talvez por sermos então muito poucos. Essa visibilidade, se por um lado foi muito gratificante, por outro lado chegou a atrapalhar um bocadinho, já que o trabalho de tradução passou a ser por longo tempo o meu lado mais conhecido, e volta e meia alguém me perguntava se eu também era psicanalista! Talvez por isso, muitas vezes fui levada a pensar na relação entre ambas as atividades.

Em 1995, fui convidada a dar uma palestra em Lisboa sobre este tema. Na verdade, posso dizer que em Lisboa fui mesmo “chamada às falas”, porque soube depois que no auditório, formado por psicanalistas locais, havia algumas pessoas que julgavam que eu estivesse ali para fazer o *marketing* das publicações brasileiras. E foram logo comentando comigo, à maneira de aviso, que se traduzia pouco em Portugal

— refiro-me especificamente a textos psicanalíticos da escola francesa — porque na sua maioria os analistas e estudantes em formação ali conheciam e podiam ler bem o francês. Ficaram muito surpresos quando eu lhes disse, justamente, que não considerava nossas traduções adequadas a eles, devido a toda a diferença entre as línguas portuguesa e brasileira, ao mesmo tempo em que achava que deveriam, sim, traduzir mais, criar um vocabulário próprio para definir os conceitos. A tradução é fundamental na transmissão, pois, mesmo que se tenha acesso ao original, se é com significantes que operamos, é necessário traduzi-los, por vezes até mesmo forjá-los em nossa própria língua, como ferramentas de trabalho que são.

A tradução, no campo da psicanálise, tem certas especificidades: por exemplo, é melhor que seja feita por um analista, o qual, ao mesmo tempo, não sendo esta sua ocupação principal, muitas vezes carece de tempo para esta tarefa. Digo isto por diversas razões. Para começar, porque o analista já estará familiarizado com o jargão, o que vai muito além de simplesmente não precisar de um glossário. A toda hora é preciso fazer uma opção, escolher entre várias palavras possíveis, aparentemente sinônimas, aquela que vai caber melhor no texto, e nesse caso é preciso que ele saiba bem o que está dizendo, que alcance e que implicações terá aquela palavra ali. Por exemplo, “transferir” e “deslocar”, para um leigo, são termos muito parecidos, significando mudar o lugar de alguma coisa, transportá-la para outra região. E, no entanto, bem sabemos, em psicanálise, a confusão que pode haver ao se usar um pelo outro. No mesmo caso estão os termos “agir” e “atuar”, este último com uma conotação inteiramente própria no vocabulário analítico. Outro exemplo, ainda, e dos mais simples: o “sujeito” não pode ser chamado pelo tradutor de “o indivíduo”, ou “a pessoa”, embora em linguagem comum isso não faça grande diferença. “Negar”, “denegar”, “renegar”, termos que podem ser usados indiscriminadamente em linguagem leiga, vão ser referidos, no contexto psicanalítico, a diferentes estruturas clínicas: o neurótico denega, o perverso renega. Há ainda a recusa, a negativa, a negação pura e simples, todas elas gerando confusões. De vez em quando surgem, na nossa linguagem técnica, pequenas diferenças no emprego dos termos, pequenas o bastante para não prejudicar a compreensão, de um modo geral, e que na maioria das vezes simplesmente marcam um “sotaque”, indicando a escola de formação daquele analista, ou daquele tradutor em especial. Falei há pouco em “renegação”, que diz da minha origem no Colégio Freudiano de Psicanálise do Rio de Janeiro. Outros usam “desmentido” para dizer a mesma coisa. Algumas escolas mantêm em francês o termo *semblant*, para o qual eu uso “semblante”. Há quem diga

“analizando” e quem diga “analisante”, e essa pequena variação dá margem a intermináveis discussões teóricas. E assim por diante.

Por essas e outras razões, se o tradutor não for um analista, o que seria ideal, convém que ao menos tenha com a psicanálise uma longa convivência: como analisando, por exemplo.

Em uma das vezes em que recebi a tarefa de traduzir um Seminário de Lacan — o que é ao mesmo tempo uma honra e um horror —, no caso, o Seminário VIII, *A transferência*, um outro Seminário, o XVII, foi entregue simultaneamente a um outro tradutor, e representantes do editor francês reuniram-se conosco para ditar uma uniformização dos termos que iríamos empregar. Além disso, ao lado do revisor do texto, haveria também um revisor técnico encarregado de zelar por essa uniformidade. Lacan criou uma série de neologismos, e muitos já haviam encontrado correspondentes em nossa língua, principalmente através de MD Magno, autor das primeiras traduções e responsável por cunhar alguns termos já usados correntemente na época. Não se chegou a uma solução inteiramente satisfatória. Alguns dos termos propostos pelos editores foram aceitos pelos tradutores, e vice-versa; outras sugestões, nossas ou deles, foram recusadas pelo outro lado, e alguns termos ainda ficaram indefinidos, variando até hoje a critério de cada um, como nos exemplos que citei.

As complicações, inevitáveis quando se passa de uma língua para outra, são às vezes aumentadas, talvez por excesso de zelo de um lado e de outro. Há alguns anos, participei de uma reunião de tradutores na França, onde um deles, brasileiro radicado há muito tempo ali, insistia em que o *pas*, o famoso procedimento criado por Lacan, deveria se transformar em “a passe” em português, por ser a palavra feminina na língua francesa, o que, se fosse levado ao pé da letra, nos faria dizer “a mar”, “o árvore” etc. Em contrapartida, acompanhei por longo tempo aqui no Brasil uma discussão sobre o uso de “escrita” ou “escritura”, sendo ambos os termos versões da mesma palavra francesa *écriture*. Não creio que se tenha chegado a alguma conclusão. Parece-me, em suma, que as questões de tradução são frequentemente afetadas pelas alterações entre diferentes correntes e escolas de psicanálise.

Por outro lado, todos são unânimes em criticar as traduções de Freud da Standard Edition, feitas a partir do inglês e não do original alemão, e responsáveis por atrapalhar estudantes que nunca sabem, quando leem o termo “repressão”, se é aquilo mesmo ou se devem ler “recalque”. Alguns, em desespero, chegam mesmo a riscar

livros inteiros, substituindo todos os “instintos” por “pulsões”, para muito depois descobrir que às vezes é instinto mesmo...

Há situações em que o mesmo termo, colocado num lugar ou noutra de uma mesma frase, gera equívocos, quando não se está muito familiarizado com o tema. Até mesmo o gênero do tradutor, o fato de ser este homem ou mulher, pode criar problemas, embora não me lembre, no momento, de um bom exemplo disso em obras de psicanálise. Mas lembro de situações assim em outros contextos e talvez valha a pena relatá-las.

Num romance policial que li há tempos, um personagem negro diz que sua pele no inverno fica com uma cor acinzentada, muito feia. Vê-se então obrigado a passar “creme gelado” no rosto, como se fosse uma moça, o que acha muito humilhante. Que seria este creme gelado, pensei: seria *ice cream*, já que o original do livro era em inglês? Mas então o rapaz passaria sorvete no rosto, em pleno inverno de Nova York, ainda por cima? Acabei concluindo que só podia se tratar de *cold cream*, literalmente “creme frio”, que se traduz por “creme”, simplesmente, um hidratante qualquer, e que começou a se chamar assim por ser usado para proteger a pele do ressecamento causado pelo frio. Qualquer mulher conheceria isso, mas o tradutor era homem... No mesmo livro encontrei outro cochilo de tradução, a qual, aliás, era bastante boa, mas o trabalho do tradutor, como o da dona de casa, aparece mais na medida em que ele erra... Desta vez, tratava-se de dificuldade gerada pela citação de nomes próprios pouco familiares. No caso, o narrador repetia uma frase atribuída a Yogi Berra, que foi um famoso jogador de beisebol norte-americano. Certamente por não conhecer a figura, bastante popular, mas só nos Estados Unidos, o tradutor escreveu: “Como dizia o iogue Berra [...]”, transformando o atleta em guru indiano.

Um dos mais recentes textos com que lidei, e também dos mais difíceis, foi o *L'étourdit*, de Lacan, para circulação interna na Escola Letra Freudiana. O título já traz um jogo de palavras: *étourdi*, que significa “aturdido”, “atordoadado”, é acrescido de um *t*, trazendo a dimensão do dito: o aturdito. É nesse texto, de 1972, que Lacan define a língua de maneira surpreendente. Ele diz que uma língua entre outras nada mais é que a integral dos equívocos que sua história nela deixou persistir. Muito antes disso, em 1953, ele havia escrito seu artigo “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”. Entende-se que a fala é o discurso concreto de um ser humano, dirigindo-se a um ou a vários outros, com um caráter subjetivo, portanto; por sua vez, a linguagem é o discurso estabelecido de uma cultura. Por exemplo, num dos casos que citei, o do

tradutor do sexo masculino que traduz algo do vocabulário feminino com que não está familiarizado, não há necessariamente um erro em sua tradução: a linguagem está correta, mas a fala não é adequada. Fala e linguagem, pois, são duas coisas bem distintas, e nesse artigo Lacan diz que existe um muro de linguagem que se opõe à fala.

A prática psicanalítica implicaria um trabalho de tradução? Para alguns autores, sim, como é o caso de Jean Allouch, autor de um livro intitulado *Letra a letra*, no qual refere a psicanálise às funções de traduzir, transcrever e transliterar. Outro autor, Philippe Julien, lembra a todo instante em seus textos que psicanálise não é tradução. Parece-me que ele fala assim porque toma a tradução como regrada pelo sentido. Mas esse “sentido” vai muito além do que entendemos intuitivamente como “significado”. Dentro de uma mesma língua, reformula-se o tempo todo o que é dito, o que é próprio da linguagem. Quando vemos esses clichês de interpretações analíticas, meio caricaturais, em que o analista, depois de uma fala do analisando, diz: “Você está me dizendo que...”, isso fixa um sentido. Mas se estamos lidando com linguagem e fala, se é a alteridade aí o mais importante, essa abordagem tem o problema de ficar no nível da compreensão entre semelhantes. Em análise, o que está em jogo é, antes, a quebra disso, a possibilidade de um deslocamento, de que aquela fala parta em outra direção. Nesse caso, mais que uma tradução, é necessária uma “traição”, uma possibilidade de equívoco deliberadamente criada para que a fala deslanche. Às vezes essa equivocação vem a partir de uma homofonia. Nisso a língua francesa é imbatível, daí se dizer às vezes que Lacan só poderia mesmo ter nascido na França. Mas mesmo em português há jogos de palavras possíveis, bastando que se pontue, que se repita o que diz o analisando para que ele possa seguir em outra direção. O que muitas vezes introduz um elemento inesperado, surpreendendo ao mesmo tempo a ambos, analista e analisando. Vem à minha memória um caso destes: no divã, um rapaz falava da irritação que sentiu numa festa onde sua mulher, mais extrovertida e articulada do que ele, falava sem parar em meio a um grupo de pessoas, que lhe prestavam toda a atenção. Certamente ele se sentira invejoso da facilidade com que ela se expressava, mas, não consciente disso, queixava-se da sua tagarelice. Disse-lhe apenas: “Deixe sua mulher falar”, e encerrei a sessão. E eis que ele volta muito satisfeito na semana seguinte, bem mais animado e falante. Tomara a “sua mulher” no sentido de “a mulher que havia nele”, o seu “lado mulher”, e deixara que ela falasse...

Eu disse há pouco que traduzir um Seminário de Lacan é uma honra e um horror. O que quis dizer com isso? Quanto à honra, é óbvio. O horror vem não somente

da responsabilidade que a tarefa acarreta, mas de uma série de outras implicações. Sabemos que o estabelecimento dos seminários vem sendo feito por Jacques-Alain Miller, genro de Lacan e herdeiro de seus direitos autorais, e inclui a transcrição de uma fala, sua divisão em capítulos para fins didáticos etc. Na verdade o que se está traduzindo é a leitura de Lacan feita por Miller. Quando foi lançado o Seminário VIII, *A transferência*, um grupo de analistas na França conseguiu suspender a venda do livro alegando imprecisões e uma arbitrariedade no estabelecimento do texto que chegaria mesmo, em alguns pontos, a alterar o sentido ali indicado. Analistas da École Lacanienne de Psychanalyse de Paris, da qual fui membro, elaboraram uma errata, muito maior que o Seminário original. Apenas no Brasil, onde a preparação do livro foi feita quase que simultaneamente com a da edição francesa — isso foi antes da era do computador, e eu traduzia a partir de provas tipográficas —, o lançamento foi feito tão cedo que, sustada a venda na França, já não dava mais para recolher a edição, distribuída pelas livrarias daqui.

Na época, alguns colegas — franceses, principalmente, mas também brasileiros — me perguntaram por que eu aceitara fazer uma tradução que não era “fiel” a Lacan. Ora, parecia-me, e ainda me parece, que é preciso lidar com o que é possível. Tenho em casa a errata da École, posso ler os seminários chamados “piratas” etc., mas o fato é que as edições publicadas e vendidas que chegam às mãos dos estudantes no Brasil são as edições millerianas. Como na clínica, há que se trabalhar com o possível, repito. E levar em conta o impossível. Então, se é impossível que todos os estudantes brasileiros em formação analítica aprendam francês para ler Lacan no original, é também impossível ser “fiel”, radicalmente, a Lacan, pois o que temos hoje de seus seminários é sempre a filtragem de alguém, seja de Miller, seja de algum dos discípulos que anotavam suas apresentações.

Na transmissão, o tradutor é um coautor, que reescreve o texto, por mais submisso que esteja ao seu autor. Com ele dá-se uma experiência paradoxal. Por um lado, é um trabalho de alienação no discurso do Outro, onde se fica imerso. Acontece-me com frequência ler um livro traduzido por mim com uma sensação de total estranhamento: não fui eu quem escreveu aquilo. O conhecimento teórico — necessário, como já disse, para fazer um trabalho de tradução — fica recalcado, e conscientemente o tradutor está preocupado em verter de uma língua para outra, mas desligado, até certo ponto, do conteúdo daquilo que escreve. Por outro lado, até mesmo devido a esse desligamento, seu inconsciente participa de modo ativo do trabalho, o que se manifesta

nas escolhas de palavras, nos atos falhos que ele ali comete, eventualmente omitindo ou explicitando demais alguma coisa. Isso fica muito evidente na tradução oral, simultânea ou consecutiva. Com esta última tive várias experiências, e penso ser uma das sensações subjetivas mais difíceis por que já passei. Ali, ao contrário da chamada “atenção flutuante” que se dá numa sessão de análise, fica-se inteiramente preso ao discurso do Outro, quase como num transe mediúnico. Em suma, o que chamo de coautoria é este mergulho simultâneo nos significantes do Outro e no próprio inconsciente.

Para concluir, penso que o psicanalista, ao traduzir, leva uma vantagem: está acostumado a lidar com a impossibilidade de tudo dizer. Sua análise pessoal já deve tê-lo feito aceder à castração e portanto, longe de se sentir melancólico ao constatar a disjunção entre o texto original e o seu próprio, pode exercer sua função esperançosamente e deixar vigorar o desejo do analista: o de que *isso* prossiga.

